



PROPOSTA DE AÇÕES SISTEMÁTICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM RELAÇÃO AO ACERVO ARQUITETÔNICO DE CRUZ ALTA

HOFFMANN, Carmen Anita¹; HINNING, Josiane Pillar²; CAMARGO, Mariela³,
HAAS, Alessandra⁴; FRIEDRICH, Laura Flores⁵.

Resumo

O Patrimônio Arquitetônico cria vínculos entre o passado e o presente. A contraposição com o modelo atual é o que cria uma ambiência urbana diversa e atraente. O potencial histórico e cultural deve ser revelado por meio de ações relacionadas à educação patrimonial, que é um instrumento de alfabetização cultural e encaminha o indivíduo à leitura e apreciação do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. O projeto em tela propõe a sistematização de ações, que já vêm ocorrendo na cidade de Cruz Alta, no que se refere à Educação Patrimonial. Desde a Semana Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do ano de 2010, têm acontecido visitas orientadas no centro da cidade de Cruz Alta, organizadas por arquitetos e urbanistas do Curso de Arquitetura da UNICRUZ e da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cruz Alta - SEPLAN. As duas primeiras edições tiveram um enfoque histórico e a última, ocorrida no dia 10 de novembro de 2011, ressaltando os detalhes arquitetônicos, bem como a forma e materiais que compõem a poética dos

¹ Doutoranda em História PUCRS, Arquiteta e Urbanista, Profª do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Coordenadora PIBEX e PIBIC Educação Patrimonial. Colaboradora do NUCART e UNATI carminhalese@yahoo.com.br

² Profª do CAU, Colaboradora do PIBEX e PIBIC Educação Patrimonial, Arquiteta e Urbanista Especialista em Educação Ambiental, Coordenadora do Núcleo de Planejamento Urbano e Ambiental da Prefeitura de Cruz Alta, Coordenadora da Comissão Municipal de Patrimônio Histórico Cultural. josianepillar@bol.com.br

³ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Voluntária do PIBEX e PIBIC Educação Patrimonial, integrante do NUCART. mariela.arq@gmail.com

⁴ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Bolsista do PIBEX Educação Patrimonial. alessandra_arqurb@hotmail.com

⁵ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Bolsista do PIBIC Educação Patrimonial. laurinha_flores@hotmail.com



diferentes estilos. Além das visitas, ocorreram seminários e painéis conveniados com o IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Por isso, é necessário promover ações e estratégias de modo permanente para que se amplie o desenvolvimento desse senso de pertencimento nas comunidades e, assim, permitir a cumplicidade e legitimidade das ações em defesa, conservação e preservação do patrimônio cultural nos seus diferentes segmentos.

Palavras-Chave: Memória. Interesse. Valor Patrimonial. Consciência.

Introdução

A demolição de diversos prédios de interesse histórico em nossa cidade deixou lacunas significativas, e estes vazios de memória geram impactos negativos e irreparáveis e, para evitar novos processos de perda, é necessário sensibilizar a comunidade como um todo, para o reconhecimento do seu acervo urbano e do seu real potencial, através da valorização do mesmo.

O momento em que nos encontramos anuncia a possibilidade da preservação do patrimônio arquitetônico das cidades brasileiras, uma vez reconhecidos e identificados, cabe aos profissionais da área da arquitetura e urbanismo desencadear propostas para a atuação profissional, expandindo para todos os segmentos da comunidade.

Já existe uma incipiente cultura de apreciadores em nossa cidade, já como fruto das ações até aqui desenvolvidas. Se ampliarmos nossas ações e as sistematizarmos, certamente os resultados virão e o patrimônio arquitetônico de Cruz Alta se legitimará como um bem comum.

Revisão de Literatura

O presente projeto aborda questões básicas para desencadear o entendimento da importância dos prédios e monumentos históricos na contemporaneidade.

Partiu-se do princípio de que a cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e de sua identidade, considerados responsáveis



pelos liames que unem as pessoas em torno de uma noção comum de compartilhamento e identidade, noção básica para o senso de cidadania.

Além desse aspecto de construção de identidade, há o entendimento de que a noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações, de forma a relacionar o passado e o presente, permitindo a visão do futuro, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o patrimônio histórico e artístico materializa e torna visível esse sentimento evocado pela cultura e pela memória e, assim, permite a construção das identidades coletivas, fortalecendo os elos das origens comuns, passo decisivo para a continuidade e a sobrevivência de uma comunidade.

Entende-se que os mesmos criam conexões entre o antigo e o novo, considerando que a contraposição com o modelo atual é o que cria uma ambiência urbana diversa e inspiradora. A potencialidade histórica e cultural deve ser exposta por meio de ações relacionadas à educação patrimonial, que é uma ferramenta que conduz o cidadão ao julgamento do seu entorno urbanístico, levando-o à compreensão do contexto histórico em que está inserido.

A valorização do patrimônio arquitetônico acontece através da conservação e preservação ordenada e constante, corrigindo problemas e evitando o surgimento de outros. Toda e qualquer modificação em imóveis considerados de interesse histórico jamais pode ser efetivada sem a orientação de um arquiteto e urbanista. Nessa mesma ótica de envolvimento profissional, cabe salientar o entendimento de Coelho (2003, p.20):

(...) os projetos de conservação e/ou restauração arquitetônica e/ou urbanística são projetos de grande complexidade, e devem, portanto, ser objetos de trabalho de equipes multidisciplinares, formadas por profissionais de várias áreas de conhecimento, como de arquitetura e urbanismo, de arte, de engenharia, de arqueologia, de história, de ciências sociais, etc. Convencionou-se chamar a equipe dos projetos dessa natureza de Equipe de Restauração.

A criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, teve como finalidade promover, em todo o país e de modo permanente, a preservação do patrimônio cultural através do tombamento, da conservação, do enriquecimento e do conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Desta forma, montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de



modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido. As ações do IPHAN estão voltadas à identificação, documentação, fiscalização e difusão e estão calcadas em legislações específicas sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação.

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a “proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em 1954 foi criada a Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul que, em 1990, passaria a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. O IPHAE visa promover a preservação do patrimônio cultural no âmbito gaúcho e que tem “[...] como diretrizes básicas o fortalecimento da auto-estima das comunidades e o desenvolvimento da consciência de suas histórias, mantendo suas identidades e valores culturais. Cabe à instituição o tombamento de bens culturais, por meio de legislação específica, impedindo que os mesmos sejam destruídos ou descaracterizados”.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, estabeleceu novas regras jurídicas para a questão do Patrimônio Cultural. Pelo artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Pelo artigo 216, “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Ainda no artigo 216, em seu parágrafo 1º diz que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Nesse aspecto, relata Horta (1999):

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que o constituem.



Mais a frente da legislação nacional, da legislação ambiental, da lei da arqueologia e de turismo cultural, a preservação de propriedades culturais é dirigida por Cartas, Declarações e Tratados, no âmbito nacional e internacional.

Metodologia e/ou Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e qualitativo. Os métodos utilizados serão: promover visitas orientadas, através de definições prévias junto ao coordenador, colaborador e profissionais da área, convidados e alunos envolvidos, voltadas a grupos interessados e ao público geral. Tais visitas acontecerão no centro histórico da cidade de Cruz Alta onde serão apontadas as características arquitetônicas, detalhes, estilos, história e peculiaridades de cada prédio, que os tornam relevantes patrimonialmente, além de demais atividades que vinculem as visitas ao centro as demais áreas de interesse histórico cultural do município. Também serão realizadas atividades práticas e oficinas com a comunidade em geral, oportunizando compartilhar as experiências e com objetivando estreitar os laços entre diversos atores sociais.

Concomitante a isso, elaborar-se-á uma cartilha voltada à comunidade geral contendo dados referentes ao patrimônio histórico arquitetônico, instruções para manutenção, preservação e correta utilização desses prédios. Esse documento deverá ser organizado em linguagem acessível e atrativa, de modo que desperte o entusiasmo da parte dos leitores para com a temática.

Finalizada a cartilha, iniciarão as atividades para a socialização e apreciação da mesma, devendo ser apresentada à população através de palestras nas escolas, seminários, publicações, painéis conveniados com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), das próprias visitas orientadas e demais eventos.

Considerações

Por se tratar de um projeto de pesquisa e de extensão que se encontra em fase inicial de andamento, apresenta apenas algumas considerações e discussões



parciais, baseadas nas bibliografias, nas visitas orientadas pelo centro histórico de Cruz Alta e atividades anteriormente realizadas.

Sendo um procedimento de formação educacional, o ensino patrimonial usa circunstâncias e ações que provocam reações, interesse, questionamentos e meditações sobre o significado e valor dos acervos culturais, bem como sua manutenção e preservação. O desenvolvimento desse senso comum consente a cumplicidade e legitimidade das ações em defesa, conservação e preservação do patrimônio cultural.

Neste sentido, este projeto assume importância por nortear as ações, subsidiando e comprometendo a população a participar efetivamente nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico de Cruz Alta, principalmente no que tange a vigilância de um acervo tão rico, como o que é notado neste objeto de estudo. Além disso, a participação dos usuários dos prédios de relevância histórica é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos deste projeto, pois deles depende a aceitação e o cumprimento de seus instrumentos formais e legais, no cotidiano dessas construções.

O Plano Diretor de Cruz Alta instituiu o CONDURCRUZ – Conselho de Desenvolvimento Urbano de Cruz Alta e a Comissão do Patrimônio Histórico, e estes instrumentos contêm mecanismos de proteção do acervo arquitetônico do município.

Para preservar o patrimônio cultural é necessário, inicialmente, conhecê-lo por meio de inventários e pesquisas realizados em conjunto com a comunidade. No passo seguinte se faz presente a utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal, para desenvolver o sentimento de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação na própria sociedade.

Por ser a comunidade a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais, não se pode pensar em proteção de bens culturais senão no interesse da mesma, à qual compete decidir sobre sua destinação no exercício de autonomia e cidadania. A preservação visa à continuidade das manifestações culturais. A preservação e conservação do patrimônio cultural é um dever de todos os cidadãos.

A partir disso torna-se urgente que se formalizem documentos que informem e esclareçam a população sobre a importância da preservação e recuperação do patrimônio edificado, em conformidade com o Estatuto da Cidade. Assim, a



Universidade, através do presente, cumpre sua missão de promover a melhoria da qualidade de vida na comunidade local e regional desencadeando o desenvolvimento pelo viés do ensino, da pesquisa e da extensão.

Referências

Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1989.

Lei Complementar nº 0040 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA, do Município de Cruz Alta, 2007.

COELHO, Cristina. **O Projeto de Intervenção em Bens Culturais Imóveis Arquitetônicos e Urbanos.** In: BRAGA, Márcia (Org.). Conservação e Restauro: Arquitetura Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer: **O Passado no Futuro da Cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasília, 2002.

POSSAMAI, Zita. **A Memória Cultural numa cidade democrática.** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.